



Diário Oficial

Cassilândia – MS

Ano V | Nº 1189

Sexta-feira, 29 de Março de 2019

www.cassilandia.ms.gov.br



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO Nº 005/2019, de 28 de Março de 2019.

*APROVAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2019 ABRE INSCRIÇÕES
PARA DO PROCESSO DE SELEÇÃO DOS CANDIDATOS
QUE CONCORRERÃO AS ELEIÇÕES PARA CONSELHO
TUTELAR DE CASSILÂNDIA MS, NA GESTÃO DE 2020-
2023.*

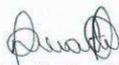
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, bem como de acordo com as disposições contidas na resolução do CONANDA de Nº 75, de 22 de outubro de 2001, a lei complementar municipal de número 185/2016 de 13 de julho de 2016, em reunião extraordinária do dia 28/03/2019.

RESOLVEM:

Artigo 1º - aprovar por unanimidade o edital nº 001/2019, que abre inscrições para do Processo de Escolha Unificado para o Conselho Tutelar.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data publicação..

Cassilândia MS, 28 de Março de 2019


Neza Paulino Duarte
Presidente do CMDCA



Diário Oficial

Cassilândia – MS

Ano V | Nº 1189

Sexta-feira, 29 de Março de 2019

www.cassilandia.ms.gov.br



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

EDITAL Nº 001/2019 CMDCA - Cassilândia/ MS
CONVOCA E ABRE INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELEÇÃO DOS CANDIDATOS QUE
CONCORRERÃO AS ELEIÇÕES PARA CONSELHO TUTELAR DE CASSILÂNDIA-MS NA GESTÃO
DE 2020-2023.

O CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CASSILÂNDIA-MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, conforme preconiza a Lei Federal nº 8069/90 ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, a Resolução nº 170/14 e pela Lei Complementar Municipal nº 185/2016, 13 de julho, pelo Decreto 3.295/18, 19 de Julho de 2018 e pela RESOLUÇÃO Nº 004/2019 que instituiu a **Comissão Organizadora do Processo de Escolha do Conselho Tutelar- CMDCA** de Cassilândia que institui a Comissão Organizadora do Processo de Escolha do Conselho Tutelar, torna público o presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO** para o Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2016/2019.

1. DO PROCESSO DE ESCOLHA:

1.1. O Processo de Escolha em Data Unificada é disciplinado pela Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Resolução nº 170/2015 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, assim como pela Lei Municipal Criação nº 830/1991, 18 novembro 1991 e pela Lei complementar nº 135/2012, 03 de maio de 2012, regulamentada pela Lei Municipal Complementar nº 185/2016, 13 de julho de 2016 e Resolução nº 004/2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo realizado sob a responsabilidade deste e fiscalização do Ministério Público;

1.2. Os membros do Conselho Tutelar local serão escolhidos mediante o sufrágio universal, direto, secreto e facultativo dos eleitores do município, em data de **06 de outubro de 2019**, sendo que a posse dos eleitos e seus respectivos suplentes ocorrerão em data de **10 de janeiro de 2020**;

1.3. Assim sendo, como forma de dar início, regulamentar e dar ampla visibilidade ao Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2020-2023- torna **público** o presente Edital, nos seguintes termos:

2. DO CONSELHO TUTELAR:

2.1. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, sendo composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida 01 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha em igualdade de condições com os demais pretendentes;

2.2. Cabe aos membros do Conselho Tutelar, agindo de forma colegiada, o exercício das atribuições contidas nos art. 18-B, par. único¹, 90, §3º, inciso II, 95, 131, 136, 191 e 194, todos da Lei nº 8.069/90, observados os deveres e vedações estabelecidos por este Diploma, assim como pela Lei Municipal Complementar nº 185/2016, 13 de Julho 2016;

¹ Incorporado pela Lei nº 13.010/2014.



Diário Oficial

Cassilândia – MS

Ano V | Nº 1189

Sexta-feira, 29 de Março de 2019

www.cassilandia.ms.gov.br



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

2.3. O presente Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Cassilândia visa preencher as 05 (cinco) vagas existentes do colegiado, assim como para seus respectivos suplentes em ordem decrescente de votação;

2.4. Por força do disposto no art. 5º, inciso II, da Resolução nº 170/2014, do CONANDA, a candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas².

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS DOS CANDIDATOS A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR:

3.1. Por força do disposto no art. 133, da Lei nº 8.069/90, e dos art. 13 e 14, da Lei Municipal nº 185/2016, 13 de Julho de 2016, os candidatos a membro do Conselho Tutelar devem preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Reconhecida idoneidade moral;
- b) Idade igual ou superior a 21 (vinte e um) anos;
- c) Residir no município há no mínimo dois (02) anos;
- d) Estar quites com as obrigações eleitorais e no gozo de seus direitos políticos;
- e) Ter ensino médio completo ou equivalente;
- f) Aprovação no exame de aferição de conhecimentos específicos do Estatuto da Criança e Adolescente; e
- g) Comprometer-se a participar do treinamento de capacitação/formação continuada relativa à legislação específica às atribuições do cargo e dos demais aspectos da função.

3.2. O preenchimento dos requisitos legais deve ser demonstrado no ato da inscrição.

4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO:

4.1. Os membros do Conselho Tutelar exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva, cumprindo a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, sendo de segunda à sexta-feira, das 07h às 11h e das 13h às 17h, e mais plantões/sobrevisto, finais de semanas e feriados, assim como da realização de outras diligências e tarefas inerentes ao órgão.

4.2. O valor do vencimento bruto é de: **R\$: 1.647,21** (Um mil seiscentos e quarenta e sete reais e vinte um centavos);

4.3. Se eleito para integrar o Conselho Tutelar, o servidor municipal poderá optar entre o valor da remuneração do cargo de Conselheiro ou o valor de seus vencimentos, ficando-lhe garantidos:

² OBS: A eleição por meio de "chapas" acaba limitando as possibilidades de escolha do eleitor, servindo assim de desestímulo à sua participação no pleito, razão pela qual deve ser evitada. Caso, porventura, haja previsão da escolha dos membros do Conselho Tutelar por meio de "chapas" na Lei Municipal local, sugere-se sua alteração.

Rua Isaias Candido Barbosa, 1080 – Vila Pernambuco – Cassilândia/MS Telefone: (67)3596-2225



Diário Oficial

Cassilândia – MS

Ano V | Nº 1189

Sexta-feira, 29 de Março de 2019

www.cassilandia.ms.gov.br



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

- a) O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findar o seu mandato;
- b) A contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

5. DOS IMPEDIMENTOS:

5.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto no art.140, da Lei nº 8.069/90 e art. 15, da Resolução nº 170/2014, do CONANDA;

5.2. Estende-se o impedimento do conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca;

5.3. É também impedido de se inscrever no Processo de Escolha unificada o membro do Conselho Tutelar que:

- a) tiver sido empossado para o segundo mandato consecutivo até o dia 10 de janeiro de 2020;
- b) tiver exercido o mandato, em regime de prorrogação, por período ininterrupto superior a 04 (quatro) anos e meio.

6. DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL:

6.1. Fica instituído pela **RESOLUÇÃO Nº 004/2019** do CMDCA de Cassilândia a Comissão Especial de composição paritária entre representantes do governo e da sociedade civil, para a organização e condução do presente Processo de Escolha composta por:

a)- **Neuza Paulino Duarte (Presidente);**

b)- **Elaine Ferreira Costa;**

c)- **Dreice Kele Silva Santos;**

d)- **Simone Aparecida Lopes;**

6.2. Compete à Comissão Especial Eleitoral:

- a) Analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos candidatos inscritos;
- b) Receber as impugnações apresentadas contra candidatos que não atendam os requisitos exigidos, fornecendo protocolo ao impugnante;
- c) Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo de 05 (cinco) dias para apresentação de defesa;
- d) Decidir, em primeira instância administrativa, acerca da impugnação das candidaturas, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;
- e) Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de indeferimento do registro da candidatura, sem prejuízo da imposição das sanções previstas na legislação local;
- f) Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

Rua Isaias Candido Barbosa, 1080 – Vila Pernambuco – Cassilândia/MS Telefone: (67)3596-2225

3



Diário Oficial

Cassilândia – MS

Ano V | Nº 1189

Sexta-feira, 29 de Março de 2019

www.cassilandia.ms.gov.br



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

- g) Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, incidentes ocorridos no dia da votação;
 - h) Escolher e divulgar os locais de votação e apuração de votos;
 - i) Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;
 - j) Notificar pessoalmente o Ministério Público, com a antecedência devida, de todas as etapas do certame, dias e locais de reunião e decisões tomadas pelo colegiado;
 - k) Divulgar amplamente o pleito à população, com o auxílio do CMDCA e do Poder Executivo local, estimulando ao máximo a participação dos eleitores.
- 6.3. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

7. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA:

7.1. O Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar observará o **calendário** anexo ao presente Edital;

7.2. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fará publicar editais específicos no Diário Oficial ou meio equivalente para cada uma das fases do processo de escolha de membros do Conselho Tutelar, dispondo sobre:

- a) Inscrições e entrega de documentos;
- b) Relação de candidatos inscritos;
- c) Relação preliminar dos candidatos considerados habilitados, após a análise dos documentos;
- d) Relação definitiva dos candidatos considerados habilitados, após o julgamento de eventuais impugnações, especificando dia e local das provas;
- e) Relação preliminar dos candidatos aprovados na prova de conhecimentos específicos;
- f) Relação definitiva dos candidatos aprovados na prova de conhecimentos específicos;
- g) Dia e locais de votação;
- h) Resultado preliminar do pleito, logo após o encerramento da apuração;
- i) Resultado final do pleito, após o julgamento de eventuais impugnações; e
- j) Treinamento de capacitação/formação continuada relativa à legislação específica às atribuições do cargo e dos demais aspectos da função.
- h) Termo de Posse.

Parágrafo Único. Os conselheiros tutelares eleitos como titulares e suplentes, bem como os conselheiros que já exerceram o cargo/função em outro mandato, deverão participar do processo de capacitação/formação continuada

Rua Isaias Candido Barbosa, 1080 – Vila Pernambuco – Cassilândia/MS Telefone: (67)3596-2225

4



Diário Oficial

Cassilândia – MS

Ano V | Nº 1189

Sexta-feira, 29 de Março de 2019

www.cassilandia.ms.gov.br



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

relativa à legislação específica às atribuições do cargo e dos demais aspectos da função, promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e Poder Executivo antes da posse, com frequência de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento). O conselheiro que não atingir a frequência mínima ou não participar do processo de capacitação, não poderá tomar posse, devendo ser substituído pelo suplente eleito que tenha participado da capacitação/formação continuada, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação.

8. DA INSCRIÇÃO/ENTREGA DOS DOCUMENTOS:

8.1. A participação no presente Processo de Escolha em Data Unificada iniciar-se-á pela inscrição por meio de requerimento impresso e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital;

8.2. A inscrição dos candidatos será efetuada pessoalmente na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (SMAS) de 07(sete) de Maio a 07 (sete) de Junho de 2019, à Rua Isaias Candido Barbosa, nº 1080, Vila Pernambuco, nesta cidade, das 07h às 13h.

8.3. Ao realizar a inscrição, o candidato deverá, obrigatoriamente e sob pena de indeferimento de sua candidatura, apresentar **original e cópia** dos seguintes documentos:

- a) Carteira de identidade e ou documento equivalente com foto;
- b) Título de eleitor, com o comprovante de votação ou justificativa das últimas eleições e/ou Certidão de quitação;
- c) Certidões negativas cíveis e criminais que comprovem não ter sido condenado ou estar respondendo, como réu, pela prática de infração penal, administrativa, ou conduta incompatível com a função de membro do Conselho Tutelar;
- d) Comprovante de residência no município de Cassilândia – MS há 02 (dois) anos;
- e) Comprovante de conclusão de ensino médio ou equivalente;

8.4. A falta ou inadequação de qualquer dos documentos acima relacionados será imediatamente comunicada ao candidato, que poderá supri-la até a data-limite para inscrição de candidaturas, prevista neste Edital;

8.5. Os documentos deverão ser entregues em duas vias para fê e contrafê;

8.6. Documentos **digitalizados** serão considerados válidos, desde que também apresentados os **originais** ou existentes apenas em formato digital;

8.7. Eventuais entraves à inscrição de candidaturas ou à juntada de documentos devem ser imediatamente encaminhados ao CMDCA e ao Ministério Público;

8.8. As informações prestadas e documentos apresentados por ocasião da inscrição são de total responsabilidade do candidato.



Diário Oficial

Cassilândia – MS

Ano V | Nº 1189

Sexta-feira, 29 de Março de 2019

www.cassilandia.ms.gov.br



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

9. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA E IMPUGNAÇÃO ÀS CANDIDATURAS:

9.1. Encerrado o prazo de inscrição de candidaturas, a Comissão Especial Eleitoral designada pelo CMDCA efetuará, no prazo de 10 (dez) dias, a análise da documentação exigida neste Edital e as impugnações, com a subsequente publicação da relação dos candidatos inscritos;

9.2. Qualquer cidadão, o Ministério Público e o CMDCA, poderá requerer a impugnação de candidato, no prazo de 10 (dez) dias, conforme item 9.1;

9.3. Findo o prazo mencionado no item supra, os candidatos impugnados serão notificados pessoalmente do teor da impugnação no prazo de 05 (cinco) dias, começando, a partir de então, a correr o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar sua defesa;

9.4. A Comissão Especial Eleitoral analisará o teor das impugnações e defesas apresentadas pelos candidatos, podendo solicitar a qualquer dos interessados a juntada de documentos e outras provas do alegado;

9.5. A Comissão Especial Eleitoral terá o prazo de 02 (dois) dias, contados do término do prazo para apresentação de defesa pelos candidatos impugnados, para decidir sobre a impugnação;

9.6. Concluída a análise das impugnações, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar edital contendo a relação preliminar dos candidatos habilitados a participarem do Processo de Escolha em data Unificada;

9.7. As decisões da Comissão Especial Eleitoral serão fundamentadas, delas devendo ser dada ciência aos interessados, para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital;

9.8. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à Plenária do CMDCA, no prazo de 02 (dois) dias, contados da data da publicação do edital referido no item anterior³;

9.9. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar a relação definitiva dos candidatos habilitados ao pleito, com cópia ao Ministério Público;

9.10. Ocorrendo falsidade em qualquer informação ou documento apresentado, seja qual for o momento em que esta for descoberta, o candidato será excluído do pleito, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.

Parágrafo Único. A relação dos candidatos inscritos e a documentação respectiva serão encaminhadas ao Ministério Público para ciência e análise. Não havendo impugnações a comissão eleitoral poderá publicar novo edital com adequações nas datas do processo de escolha cientificando todos os candidatos.

10. DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

10.1. Os candidatos serão submetidos à prova de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e Adolescente, de caráter eliminatório, a ser elaborada pelo Ministério Público, sob a fiscalização do Mesmo;

³ A Comissão Especial definirá a forma de apresentação do recurso.
Rua Isaías Candido Barbosa, 1080 – Vila Pernambuco – Cassilândia/MS Telefone: (67)3596-2225



Diário Oficial

Cassilândia – MS

Ano V | Nº 1189

Sexta-feira, 29 de Março de 2019

www.cassilandia.ms.gov.br



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

10.2. Considerar-se-á aprovado o candidato que obtiver no mínimo 50% (cinquenta por cento) de acertos do total geral das questões;

10.3. A prova de conhecimentos específicos, será realizada no dia **13/07/2019**, em Local e horário a ser publicado em edital específico, juntamente com a lista de candidatos aptos a participarem da prova, conforme cronograma do Anexo I deste edital.

11. DA CAMPANHA E DA PROPAGANDA ELEITORAL:

11.1. Cabe ao Poder Público, com a colaboração dos órgãos de imprensa local, dar ampla divulgação ao Processo de Escolha desde o momento da publicação do presente Edital, incluindo informações quanto ao papel do Conselho Tutelar, dia, horário e locais de votação, dentre outras informações destinadas a assegurar a ampla participação popular no pleito;

11.2. É vedada a vinculação político-partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação;

11.3. Os candidatos poderão dar início à campanha eleitoral após a publicação da relação definitiva dos candidatos habilitados, prevista no item **10.8** deste Edital;

11.4. A propaganda eleitoral em vias e logradouros públicos observará, por analogia, os limites impostos pela legislação eleitoral e o Código de Posturas do Município, garantindo igualdade de condições a todos os candidatos;

11.5. Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores, por meio de debates, entrevistas e distribuição de panfletos, desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular;

11.6. As instituições públicas ou particulares (escolas, Câmara de Vereadores, rádio, igrejas etc.) que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar;

11.7. Os debates deverão ter regulamento próprio, a ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e à Comissão Especial Eleitoral designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência;

11.8. Cabe à Comissão Especial Eleitoral supervisionar a realização dos debates, zelando para que sejam proporcionadas iguais oportunidades a todos os candidatos nas suas exposições e respostas;

11.9. É vedada a propaganda individual, ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral (jornal, rádio ou televisão), faixas, outdoors, camisas, bonés e outros meios não previstos neste Edital;

11.10. É dever do candidato portar-se com civilidade durante a campanha eleitoral, sendo vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes;

11.11. Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da eleição, em qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;

11.12. A violação das regras de campanha importará na cassação do registro da candidatura ou diploma de posse do candidato responsável, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

Rua Isaias Candido Barbosa, 1080 – Vila Pernambuco – Cassilândia/MS Telefone: (67)3596-2225

7



Diário Oficial

Cassilândia – MS

Ano V | Nº 1189

Sexta-feira, 29 de Março de 2019

www.cassilandia.ms.gov.br



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

12. DA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR:

12.1. A eleição para os membros do Conselho Tutelar do Município de Cassilândia realizar-se-á no dia **06 de outubro de 2019**, das 08h às 17h, conforme previsto no art. 139, da Lei nº 8.069/90 e Resolução nº 152/2012 e pela 170/14, do CONANDA;

12.2. A votação deverá ocorrer preferencialmente em urnas eletrônicas cedidas pela Justiça Eleitoral, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Mato Grosso do Sul.

12.3. Se forem utilizadas, as cédulas para votação manual serão elaboradas pela Comissão Especial Eleitoral, adotando parâmetros similares aos empregados pela Justiça Eleitoral em sua confecção;

12.4. Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, codinomes, fotos e número dos candidatos a membro do Conselho Tutelar;

12.5. As mesas receptoras de votos deverão lavrar atas segundo modelo fornecido pela Comissão Especial Eleitoral, nas quais serão registradas eventuais intercorrências ocorridas no dia da votação, além do número de eleitores votantes em cada uma das urnas;

12.6. Após a identificação, o eleitor assinará a lista de presença e procederá à votação;

12.7. O eleitor que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;

12.8. O eleitor poderá votar em apenas um candidato;

12.9. No caso de votação manual, votos em mais de um candidato ou que contenham rasuras que não permitam aferir a vontade do eleitor serão anulados, devendo ser colocados em envelope separado, conforme previsto no regulamento da eleição;

12.10. Será também considerado inválido o voto:

- a) cuja cédula contenha mais de 01 (um) candidato assinalado;
- b) cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação;
- c) cuja cédula não corresponder ao modelo oficial;
- d) que tiver o sigilo violado.

12.11. Efetuada a apuração, serão considerados eleitos os 05 (cinco) candidatos mais votados, ressalvada a ocorrência de alguma das vedações legais acima referidas, sendo os demais candidatos considerados suplentes pela ordem de votação;

12.12. Em caso de empate na votação, ressalvada a existência de outro critério previsto na Lei Municipal local, será considerado eleito o candidato com idade mais elevada.



Diário Oficial

Cassilândia – MS

Ano V | Nº 1189

Sexta-feira, 29 de Março de 2019

www.cassilandia.ms.gov.br



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

13. DAS VEDAÇÕES AOS CANDIDATOS DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA:

13.1. Conforme previsto no art. 139, §3º, da Lei nº 8.069/90, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

13.2. É também vedada a prática de condutas abusivas ou desleais que acarretem vantagem indevida ao candidato, como a “boca de urna” e o transporte de eleitores, dentre outras, previstas na Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral), pois importam na violação do dever de idoneidade moral que se constitui num dos requisitos elementares das candidaturas;

13.3. Os candidatos que praticarem quaisquer das condutas relacionadas nos itens anteriores, durante e/ou depois da campanha, inclusive no dia da votação, terão cassado seu registro de candidatura ou diploma de posse, sem prejuízo da apuração da responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros que com eles colaborem;

13.4. Caberá à Comissão Especial Eleitoral ou, após sua dissolução, à Plenária do CMDCA, decidir pela cassação do registro da candidatura ou diploma de posse, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

14. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL:

14.1. Ao final de todo o Processo, a Comissão Especial Eleitoral encaminhará relatório ao CMDCA, que fará divulgar no Diário Oficial ou em meio equivalente, o nome dos 05 (cinco) candidatos eleitos para o Conselho Tutelar e seus respectivos suplentes, em ordem decrescente de votação.

15. DA POSSE:

15.1. A posse dos membros do Conselho Tutelar será concedida pelo Prefeito Municipal e pelo Presidente do CMDCA local, no dia **10 de janeiro de 2020**, conforme previsto no art. 139, §2º, da Lei nº 8.069/90; (Incluído pela Lei nº 12.696, de 2012).

15.2. Além dos 05 (cinco) candidatos mais votados, também devem tomar posse, pelo menos, 05 (cinco) suplentes, também observada a ordem de votação, de modo a assegurar a continuidade no funcionamento do órgão, em caso de férias, licenças ou impedimentos dos titulares.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

16.1. Cópias do presente Edital e demais atos da Comissão Especial Eleitoral dele decorrentes serão publicadas, com destaque, nos órgãos oficiais de imprensa, no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Cassilândia, bem como afixadas no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal;

16.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 185/2016, 13 de Julho de 2016.

16.3. É de inteira responsabilidade dos candidatos acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo de escolha em data unificada dos membros do Conselho Tutelar;



Diário Oficial

Cassilândia – MS

Ano V | Nº 1189

Sexta-feira, 29 de Março de 2019

www.cassilandia.ms.gov.br



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

16.4. É facultado aos candidatos, por si ou por meio de representantes credenciados perante a Comissão Especial Eleitoral, acompanhar todo desenrolar do processo de escolha, incluindo as cerimônias de lacração de urnas, votação e apuração;

16.5. Cada candidato poderá credenciar, até 48 (quarenta e oito) horas antes do pleito, 01 (um) representante por local de votação e 01 (um) representante para acompanhar a apuração dos votos e etapas preliminares do certame;

16.6. Os trabalhos da Comissão Especial Eleitoral se encerram com o envio de relatório final contendo as intercorrências e o resultado da votação ao CMDCA;

16.7. O descumprimento das normas previstas neste Edital implicará na exclusão do candidato ao processo de escolha.

Publique-se
Encaminhe-se cópia ao Ministério Público, Poder Judiciário e Câmara Municipal.
Cassilândia, 28 de Março de 2019.

Neuza Paulino Duarte
Presidente do CMDCA



Diário Oficial

Cassilândia – MS

Ano V | Nº 1189

Sexta-feira, 29 de Março de 2019

www.cassilandia.ms.gov.br



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

16.4. É facultado aos candidatos, por si ou por meio de representantes credenciados perante a Comissão Especial Eleitoral, acompanhar todo desenrolar do processo de escolha, incluindo as cerimônias de lacração de urnas, votação e apuração;

16.5. Cada candidato poderá credenciar, até 48 (quarenta e oito) horas antes do pleito, 01 (um) representante por local de votação e 01 (um) representante para acompanhar a apuração dos votos e etapas preliminares do certame;

16.6. Os trabalhos da Comissão Especial Eleitoral se encerram com o envio de relatório final contendo as intercorrências e o resultado da votação ao CMDCA;

16.7. O descumprimento das normas previstas neste Edital implicará na exclusão do candidato ao processo de escolha.

Publique-se
Encaminhe-se cópia ao Ministério Público, Poder Judiciário e Câmara Municipal.
Cassilândia, 28 de Março de 2019.


Neuz Paulino Duarte
Presidente do CMDCA



Diário Oficial

Cassilândia – MS

Ano V | Nº 1189

Sexta-feira, 29 de Março de 2019

www.cassilandia.ms.gov.br



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

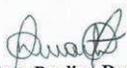
16.4. É facultado aos candidatos, por si ou por meio de representantes credenciados perante a Comissão Especial Eleitoral, acompanhar todo desenrolar do processo de escolha, incluindo as cerimônias de lacração de urnas, votação e apuração;

16.5. Cada candidato poderá credenciar, até 48 (quarenta e oito) horas antes do pleito, 01 (um) representante por local de votação e 01 (um) representante para acompanhar a apuração dos votos e etapas preliminares do certame;

16.6. Os trabalhos da Comissão Especial Eleitoral se encerram com o envio de relatório final contendo as intercorrências e o resultado da votação ao CMDCA;

16.7. O descumprimento das normas previstas neste Edital implicará na exclusão do candidato ao processo de escolha.

Publique-se
Encaminhe-se cópia ao Ministério Público, Poder Judiciário e Câmara Municipal.
Cassilândia, 28 de Março de 2019.


Neuzá Paulino Duarte
Presidente do CMDCA



Diário Oficial

Cassilândia – MS

Ano V | Nº 1189

Sexta-feira, 29 de Março de 2019

www.cassilandia.ms.gov.br

Cassilândia-MS, 28 de Março de 2019.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Considerando o cumprimento dos requisitos previstos no parágrafo único do art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e tendo em vista o conteúdo do presente processo, o qual foi submetido a aprovação da Procuradoria Jurídica Municipal que emitiu parecer favorável, RATIFICO, a Dispensa de Licitação, fundamentada na Resolução do FNDE nº 26/2013, art. 20, § 1º

- Natureza do procedimento: Chamada Pública nº 001/2019, objetivando a aquisição parcelada de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, conforme a seguir:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2019.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 161/2019.

CONTRATADO: ESIO APARECIDO CARVALHO.

TOTALIZANDO R\$ 19.992,70 (dezenove mil novecentos noventa dois reais e setenta centavos).

JAIR BONI COGO
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 042/2019.

Contratante: Prefeitura Municipal de Cassilândia.

Contratado: ESIO APARECIDO CARVALHO.

Objeto: objetivando a aquisição parcelada de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

Dotação:

60	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
60.101	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.306.0	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR
005.2.01	
8	
12.361.0	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
002.2.01	
6	
12.361.0	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA
002.2.01	EDUCAÇÃO INFANTIL

9

3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO

Valor: R\$ 19.992,70 (dezenove mil novecentos noventa dois reais e setenta centavos).

Data: 28/03/2019

Cassilândia-MS, 28 de Março de 2019.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Considerando o cumprimento dos requisitos previstos no parágrafo único do art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e tendo em vista o conteúdo do presente processo, o qual foi submetido a aprovação da Procuradoria Jurídica Municipal que emitiu parecer favorável, **RATIFICO**, a Dispensa de Licitação, fundamentada na Resolução do FNDE nº 26/2013, art. 20, § 1º

- Natureza do procedimento: Chamada Pública nº 001/2019, objetivando a aquisição parcelada de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, conforme a seguir:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2019.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/2019

CONTRATADO: JAIME CANDIDO LOPES DO PRADO.

ITENS: CHEIRO VERDE, COUVE MANTEIGA E ALFACE,
TOTALIZANDO R\$ 17.623,57 (dezessete mil seiscentos vinte três reais e cinquenta sete centavos).

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 040/2019.

Contratante: Prefeitura Municipal de Cassilândia.

Contratado: JAIME CANDIDO LOPES DO PRADO.

Objeto: objetivando a aquisição parcelada de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Educação.



Diário Oficial

Cassilândia – MS

Ano V | Nº 1189

Sexta-feira, 29 de Março de 2019

www.cassilandia.ms.gov.br

Dotação:

60 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
60.101 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.306.0 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR
005.2.01
8
12.361.0 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
002.2.01
6
12.361.0 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA
002.2.01 EDUCAÇÃO INFANTIL
9
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO

Valor: R\$ 17.623,57 (dezesete mil seiscientos vinte três reais e cinquenta sete centavos)

Data: 28/03/2019

Cassilândia-MS, 28 de Março de 2019.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Considerando o cumprimento dos requisitos previstos no parágrafo único do art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e tendo em vista o conteúdo do presente processo, o qual foi submetido a aprovação da Procuradoria Jurídica Municipal que emitiu parecer favorável, **RATIFICO**, a Dispensa de Licitação, fundamentada na Resolução do FNDE nº 26/2013, art. 20, § 1º - Natureza do procedimento: Chamada Pública nº 001/2019, objetivando a aquisição parcelada de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, conforme a seguir:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2019.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 160/2019

CONTRATADO: ROSINEI PEREIRA DA SILVA CAVASSANI.

ITENS: ABOBRINHA, BETERRABA, CENOURA E ALFACE, TOTALIZANDO R\$ 19.996,43 (dezenove mil novecentos noventa e seis reais e quarenta três centavos).

JAIR BONI COGO
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 041/2019.

Contratante: Prefeitura Municipal de Cassilândia.

Contratado: **ROSINEI PEREIRA DA SILVA CAVASSANI.**

Objeto: objetivando a aquisição parcelada de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

Dotação:

60 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
60.101 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.306.0 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR
005.2.01
8
12.361.0 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
002.2.01
6
12.361.0 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA
002.2.01 EDUCAÇÃO INFANTIL
9
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO

Valor: R\$ 19.996,43 (dezenove mil novecentos noventa e seis reais e quarenta três centavos).

Data: 28/03/2019

Cassilândia-MS, 28 de Março de 2019.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Considerando o cumprimento dos requisitos previstos no parágrafo único do art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e tendo em vista o conteúdo do presente processo, o qual foi submetido a aprovação da Procuradoria Jurídica Municipal que emitiu parecer favorável, **RATIFICO**, a Dispensa de Licitação, fundamentada na Resolução do FNDE nº 26/2013, art. 20, § 1º - Natureza do procedimento: Chamada Pública nº 001/2019, objetivando a aquisição parcelada de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, conforme a seguir:



Diário Oficial

Cassilândia – MS

Ano V | Nº 1189

Sexta-feira, 29 de Março de 2019

www.cassilandia.ms.gov.br

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2019.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/2019

CONTRATADO: CONCEIÇÃO ALVES DE CASTRO.

ITEM: MANDIOCA SEM CASCA, TOTALIZANDO R\$ 7.720,00

(sete mil setecentos e vinte reais)

JAIR BONI COGO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 043/2019.

Contratante: Prefeitura Municipal de Cassilândia.

Contratado: **CONCEIÇÃO ALVES DE CASTRO**.

Objeto: objetivando a aquisição parcelada de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

Dotação:

60 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
60.101 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.306.0 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR
005.2.01
8
12.361.0 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
002.2.01
6
12.361.0 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA
002.2.01 EDUCAÇÃO INFANTIL
9
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
Valor: R\$ 7.720,00 (sete mil setecentos e vinte reais)
Data: 28/03/2019

TERMO DE RETIFICAÇÃO

Retificação do Diário Oficial nº 1188 pg. 01, de 28 de Março de 2019 referente ao Dispensa nº 015/2019, Processo Administrativo nº 141/2019.

Onde se lê: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais)

Leia-se: R\$ 400,00 (quatrocentos reais) Cassilândia,

28 de Março de 2019.

JAIR BONI COGO

PREFEITO MUNICIPAL

Cassilândia-MS, 28 de março de 2019.

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 030/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 171/2019

ARTHUR BARBOSA SOUZA FILHO, SECRETÁRIO DE SAÚDE E GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CASSILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO

DO SUL, no uso das suas atribuições, acolhendo o parecer da Procuradoria Jurídica Municipal, com base no disposto no inciso IV c/c V do art. 24 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, **DECIDE**:

RATIFICAR e HOMOLOGAR, o processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, para contratação direta da empresa, **CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IAMGEM SALGUEIRO LTDA – CNPJ/MF, sob o nº 26.829.366/0001-61**, para a realização de exames médicos sendo, 01(uma) tomografias da coluna

cervical e 01(uma) tomografia torácica, conforme a seguir:

CONTRATADA : **CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IAMGEM SALGUEIRO LTDA**

VALOR: **R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais)**

Os autos estão com vista franqueada aos interessados para os efeitos do disposto no § 4º do artigo 109.

ARTHUR BARBOSA SOUZA FILHO

SECRETÁRIO DE SAÚDE E GESTOR DO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Cassilândia-MS, 26 de março de 2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



Diário Oficial

Cassilândia – MS

Ano V | Nº 1189

Sexta-feira, 29 de Março de 2019

www.cassilandia.ms.gov.br

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 028/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 163/2019

JAIR BONI COGO, PREFEITO MUNICIPAL DE CASSILÂNDIA ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições, acolhendo o parecer da Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal, com base no disposto no §1º do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, **DECIDE**:

RATIFICAR e HOMOLOGAR, o processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, para contratação direta da empresa, **SALLES & MATTA LTDA – CNPJ/MF, sob o nº 49.420.920/0001-58**, para aquisição de um bombeador BHS512-05, conforme a seguir:

CONTRATADA: **SALLES & MATTA LTDA**

VALOR: **R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais)**

Os autos estão com vista franqueada aos interessados para os efeitos do disposto no § 4º do artigo 109.

JAIR BONI COGO

PREFEITO MUNICIPAL

Cassilândia-MS, 27 de março de 2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 029/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 164/2019

JAIR BONI COGO,

PREFEITO MUNICIPAL

DE

CASSILÂNDIA ESTADO DE MATO

GROSSO DO SUL, no

uso das suas atribuições, acolhendo o parecer da

Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal, com base no disposto no §1º do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, **DECIDE**:

RATIFICAR e HOMOLOGAR, o processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, para contratação direta da empresa, **EB COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA – CNPJ/MF,**

sob o nº 14.939.270/0058-02, para aquisição de 03(três) aparelhos de ar condicionado modelo SPLIT de 22.000 BTU's a serem instalados nos CEMÉIs, Maria parreira Leal, Prefeito João Albino Cardoso e Rosinele da silva, conforme a seguir:

CONTRATADA: **EB COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA**

VALOR: **R\$ 7.949,99 (sete mil novecentos e quarenta e nove reais e noventa e nove centavos)**

Os autos estão com vista franqueada aos interessados para os efeitos do disposto no § 4º do artigo 109.

JAIR BONI COGO

PREFEITO MUNICIPAL



Diário Oficial

Cassilândia – MS

Ano V | Nº 1189

Sexta-feira, 29 de Março de 2019

www.cassilandia.ms.gov.br

EXPEDIENTE DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DIOCASSI

DIÁRIO OFICIAL DE CASSILÂNDIA

PREFEITO : Jair Boni Cogo

PROCURADORIA GERAL: Dr. Donizetti Ferreira Gonçalves
SEC. DE FINANÇAS : Aucirene Aparecida de Assis
SEC. DE EDUCAÇÃO: Marcia Martins dos Reis
SEC. DE SAÚDE: Artur Barbosa Souza Filho
SEC. DE OBRAS: Valter Baptista Ferreira
SEC. DE TURISMO CULTURA ESPORTE LAZER E MEIO AMBIENTE: Eurivalda Candeias de Miranda
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO: Leandro Rosa de Souza
SEC. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: José Martimiano de Moura
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Carmem Montelo

PODER LEGISLATIVO

PRESIDENTE: Valdecy Pereira da Costa (MDB)
1º VICE-PRESIDENTE: Uiiesses Vessechia (PSD)
2º VICE-PRESIDENTE: Dentinho (PSDB)
1º SECRETARIO: Rui Palhares (PSDB)
2º SECRETARIO: Márcio Estevo (PSD)

VEREADORES

Ademilson Cesário Santos (PMDB)
Ana Maria Alves (PSDB)
Rodrigo Barbosa de Freitas (PDT)
Cassius Clay Ferreira (PSC)
Wesley Ferreira (PSD)
Edvanio Andrade do Nascimento (PSD)